Capítulo III

Capitalismo autoritário

Otávio Guilherme Velho

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

VELHO, OG. *Capitalismo autoritário e campesinato*: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Capitalismo autoritário. pp. 26-40. ISBN: 978-85-99662-92-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Capítulo III

Capitalismo autoritário

Nossa discussão da *fronteira* norte-americana levou-nos a perceber a possibilidade de distinguir o que provisoriamente poderíamos considerar diferentes *tipos* de desenvolvimento capitalista. Iremos agora explorar mais a natureza desses diferentes *tipos*, as consequências que se seguem dessa distinção e as possibilidades teóricas que se abrem.

A visão mais usual da criação de uma sociedade capitalista supõe, esquematicamente, a formação, no interior da sociedade feudal, de uma burguesia, a qual, num determinado momento ou período do seu desenvolvimento, insurge-se contra o antigo regime e estabelece o seu domínio político sob os postulados da democracia liberal.

Todavia, é fácil perceber que de fato muitos foram os casos de desenvolvimento capitalista que em grau maior ou menor desviaram-se significativamente desse esquema. Não poucos nem sequer chegaram a conhecer uma revolução burguesa. Esses casos tenderam a ser tratados como exceções ou anomalias. Mas de fato, se o observador fosse rigoroso na aplicação do esquema poderia igualmente bem considerar como exceções aqueles casos que se aproximaram dele.

Em nossa opinião, todo caso de desenvolvimento capitalista é num certo sentido peculiar e único, exatamente porque, afora seus traços empíricos específicos, cada um constitui uma combinação original e particular dos mesmos elementos básicos que não pode se repetir. A generalidade não deve ser buscada como tal em nenhum caso individual, mas num padrão geral de que cada caso representa a corporificação duma variação específica em uma série que matematicamente não conhece limites necessários. Ao mesmo tempo, evitando um procedimento puramente combinatório e levando em conta o limiar em que quantidade transforma-se em qualidade, pode-se qualificar cada caso e mesmo um subconjunto de acordo com a dominância de determinados elementos. Assim, a existência ou não duma revolução burguesa pode para os nossos propósitos ser um indicador do limiar da “mudança qualitativa”. É esse o problema que iremos enfrentar agora, sempre respeitada a especificidade de cada caso e sua relação com o geral, visto como o que interessa rigorosamente é a

relação específica entre os elementos em cada caso, as dominâncias constituindo apenas um agrupamento de casos em última análise únicos, mas que possuem em comum o predomínio de um elemento nas relações examinadas.

Uma visão melhor das próprias grandes revoluções burguesas pode mostrar-nos uma saída do aparente dilema representado pelos desenvolvimentos capitalistas não predominantemente burgueses. De fato, podemos perceber que as grandes revoluções não foram feitas simplesmente contra as manifestações do feudalismo em sua forma típica. Foram feitas também contra as próprias *transformações*¹ do feudalismo sob o comando do Estado absolutista e mercantilista com o qual uma parte da própria burguesia – sobretudo na forma de capital comercial estava intimamente ligada através do sistema dos monopólios legais. Nada nos leva a crer que na ausência das revoluções burguesas *strictu sensu* o feudalismo sobreviveria. A centralização já era um fato, assim como a transformação do capital comercial ele próprio em outras formas de capital e o desenvolvimento de manufaturas e indústrias com o apoio do Estado, especialmente em face de necessidades militares. De certa maneira, podemos considerar essas revoluções não como vitórias do capitalismo sobre o feudalismo, mas como a supremacia dum desenvolvimento capitalista burguês sobre outro, mais próximo organicamente do passado mas que não se esgotava nele.

O caso americano seria uma versão mais simples dessa confrontação entre essas duas possibilidades de desenvolvimento capitalista em virtude do feudalismo propriamente estar ausente e de haver inclusive uma separação geográfica entre eles.

¹ Através de todo esse trabalho utilizaremos o termo *transformação* contrastando-o com *mudança*. A ideia é que o traço dominante da *mudança* é o aparecimento de novos elementos e desaparecimento de elementos velhos; ao passo que *transformação* implica sobretudo em que elementos velhos modificam-se e se ajustam sem desaparecer a mudanças no meio circundante. Obviamente em casos concretos *mudança* e *transformação* tendem a co-existir e a diferença é relativa. Mas o nosso contraste é em termos dos traços dominantes e como veremos está intimamente ligado para nós ao contraste entre duas diferentes modalidades de desenvolvimento capitalista.

A Europa Oriental

Mesmo na Europa, todavia, em diversos países não apareceu uma burguesia suficientemente forte para usar os diferentes elementos de revolta existentes na sociedade em seu favor e impondo a sua hegemonia contestar com sucesso o “antigo regime”. Esse foi o caso especialmente na Europa Oriental.

Obviamente, é muito difícil compreender exatamente porque isso aconteceu. Todavia, vale a pena mencionar para os nossos propósitos que alguns autores têm apresentado diversos argumentos – os quais não parecem ser mutuamente excludentes – que relacionam isso com a existência de *terras livres*:

1) Evsey Domar (1970) sugeriu que “terras livres, camponeses livres e proprietários de terra que não sejam produtores diretos – quaisquer dois desses elementos, *mas jamais todos três*, podem existir simultaneamente. A combinação a ser encontrada na realidade dependerá do comportamento de fatores políticos...” E que “uma mudança na relação terra/mão-de-obra pode por em movimento forças econômicas e políticas agindo em direções opostas”.

Concretamente, o que ele quer dizer (deixando de lado a sua tentativa equivocada de generalizar em termos da relação simplesmente quantitativa terra/mão-de-obra) é que dada uma área de terra livre, uma classe dominante pode impor uma imobilização da força de trabalho a fim de que ela não se disperse. Trata-se de uma sugestão muito interessante porque de certa forma acrescenta uma importante alternativa ao raciocínio de Turner. De acordo com Turner, se se tem terra livre, supor-se-ia o desenvolvimento de pequenas unidades produtoras em escala familiar. O próprio Marx generalizaria (*Capital*, Vol. I, cap. XXXIII da edição em inglês, XXV de outras edições): se se tem terras livres, tem-se produtores independentes e, no limite, a impossibilidade de uma centralização do capital e de produção baseada numa combinação da força de trabalho². Mas o argumento de

² É interessante, no entanto, observar que Marx em um de seus cadernos de notas cita uma observação feita por Merivale em suas *Lectures on Colonization* que se aproxima muito da aceitação da dominância política alterando essa tendência “natural”: “em colônias densamente povoadas o trabalhador, embora livre, é naturalmente dependente do capitalista; em colônias ralmente povoadas a ausência dessa dependência natural precisa ser substituída

Domar sugere – se o colocássemos em termos mais teóricos – que essa visão só se mantém quando a instância econômica é dominante. De fato, o *oposto* pode resultar se através de meios *políticos* imobiliza-se a força de trabalho através do estabelecimento da servidão (ou da escravidão). De acordo com ele – e seguindo Kliuchevsky – foi isso o que aconteceu por exemplo na Rússia do século XVI em diante, devido à disponibilidade de terra nova em face das conquistas russas no Leste e no Sudeste, juntamente com a necessidade de garantir um suprimento de mão-de-obra para uma classe de servidores exigida pelas necessidades militares do Estado russo. Para a Europa Oriental, como um todo, outros autores (Blum, 1968; Dobb, 1965), nesse contexto, também acentuariam – de forma compatível com o argumento de Domar – a nova era de crescimento econômico na Europa do final do século XV em diante e a oportunidade que os senhores vislumbraram de auferir lucros da produção para o mercado por sua própria conta.

Isso tudo somado leva a uma importante observação para os nossos propósitos porque levanta a *possibilidade de relações diferentes entre o campo do econômico e o do político*. E o que é mais, ligada à questão da *fronteira* e dos seus efeitos. No momento observaremos que essas ocorrências podem ter provocado o aparecimento ou reaparecimento da servidão na Europa Oriental, em contraste com a Europa Ocidental que não possuía *fronteira* interna e aos Estados Unidos, mais tarde, onde o padrão oposto se desenvolveu na *fronteira*.

No caso da Europa Oriental deve-se acrescentar que por sua vez essa “segunda servidão” – como Engels a denominou – ligou-se certamente não só ao relativo subdesenvolvimento de uma burguesia nesses países, mas também se ligaria à história das instituições políticas desses países. Como diz Blum:

A divergência entre Leste e Oeste quanto à natureza do relacionamento entre senhor e camponês acabou por se tornar o divisor de águas decisivo na história da liberdade no mundo moderno. Pois significou que a Rússia e as outras terras da Europa Oriental permaneceram como sociedades agrárias atrasadas que aceitavam a coerção como a premissa da organização social (...) O

conceito moderno de liberdade individual é muitas vezes dado como tendo origem na Renascença e na Reforma. A mim me parece que a emancipação do campesinato na Europa Ocidental é de igual importância para a história dessa grande contribuição Ocidental para o progresso do homem.” (1968: 611)

Essa forma tanto grandiosa de colocar a questão será relativizada adiante. Mas de fato toca numa parte importante da problemática.

2) Um outro argumento, bem diferente, sobre a relação entre a fraqueza relativa da burguesia na Europa Oriental e a existência das terras livres foi apresentado por Trotsky. Ele dava grande importância ao fato de que até a segunda metade do século XIX as cidades russas eram pequenas, principalmente consumidoras e incapazes de realizar a separação entre artesanato e agricultura. Isso ele afirmara desde pelo menos 1906 (1970: 46-51) numa análise que lembra Weber em *Wirtschaft und Gesellschaft* quando discute a importância das cidades para o desenvolvimento do capitalismo no Ocidente. Mas na primeira página da sua *História da Revolução Russa* (1965: 25) escrito em 1930 ele avançou um novo argumento:

Os povos da Europa Ocidental, logo encontrando os seus limites naturais, criaram aqueles núcleos econômicos e culturais, as cidades comerciais. A população da planície oriental, ao primeiro sinal de adensamento, penetrava mais fundo na floresta ou espalhava-se pela estepe. Os elementos mais agressivos e empreendedores do campesinato no Ocidente tornaram-se burgueses, artesãos, mercadores. Os mais ativos e audazes no Oriente tornaram-se, alguns mercadores, mas a maioria cossacos, homens de *fronteira*, pioneiros. O processo de diferenciação social, intenso no Ocidente, foi retardado no Oriente e diluído pelo processo de expansão.

Sintetizando o argumento de Trotsky poder-se-ia dizer que, ao passo que no Ocidente durante a Idade Média o ar da cidade libertava o servo, no Oriente, sobretudo do século XVI em diante, a *fronteira* é que o fazia. Embora em ambos os casos se tratasse da face contraditória da própria servidão.

por restrições artificiais” (Em Marx, 1973:834). No próprio *Capital*, Marx menciona nesse contexto a razão de ser da escravidão nas colônias.

Se fôssemos combinar os dois argumentos sobre o relacionamento entre a existência de terra livre e a fraqueza relativa da burguesia teríamos esquematicamente:

Em ambos os casos parece estar presente uma relação bem diferente daquela sugerida a Turner pelo desenvolvimento americano quanto à influência da *fronteira*. E certamente representa uma demonstração clara da importância de estudos comparativos como uma “experimentação indireta” para a verificação de se as relações entre determinados elementos são necessariamente aquelas que supomos ao focalizar um caso individual.

Talvez pudéssemos acrescentar agora – independentemente da validade e suficiência de toda a hipótese apresentada – um novo elo à cadeia, que representa, como num processo de retro-alimentação, o reforço e generalização de tendências anteriores:

“Autoritarismo”

Na situação concreta da Europa Oriental, o “autoritarismo” foi identificado com a autoridade política que garantia o regime da servidão. A servidão, por outro lado, se encaixa na caracterização de Barrington Moore (1969: 434) dum *sistema de repressão da força de trabalho*.

Todavia, há alguma divergência entre os vários autores quanto à relação inicial entre esse autoritarismo e o Estado. Como vimos no caso da Rússia, Domar sugere que o estabelecimento da servidão relacionou-se às necessidades militares do Estado russo que exigiam a criação de uma classe de servidores. Blum, no entanto, chamou a atenção para o fato de que a servidão estabeleceu-se por toda a Europa Oriental – onde na maioria dos casos não houve fortalecimento da autoridade estatal comparável ao caso russo (1968: 606). Por outro lado, na Europa Ocidental a centralização que ocorria na mesma época aproximadamente dava-se às custas da nobreza e não levou ao estabelecimento da servidão. Tudo isso leva a crer, justamente através de comparações, que a questão é mais complexa.

Sugeriríamos que o autoritarismo na Europa Oriental teve a ver, em termos amplos, com uma “pressão externa” combinada com circunstâncias “internas”, tal como possivelmente a disponibilidade de terras livres. Essa pressão externa podia ser de dois tipos diferentes: comercial e militar.

Quando a pressão foi principalmente de natureza comercial, o autoritarismo permaneceu *descentralizado* nas mãos dos grandes senhores que se colocaram no comando do processo e utilizaram a servidão como um meio de extrair o “sobretabalho” camponês. Quando foi sobretudo militar, ou se deu a centralização e, embora mantendo as suas bases de classe fundamentais, o Estado tornou-se o principal foco de autoridade (como na Rússia), ou este não foi capaz de suportar a pressão e desapareceu (como na Polônia).

Nesse sentido, ligar a servidão em suas origens ao Estado na Rússia pode ser parcialmente uma distorção ideológica, a não ser que o conceito de Estado seja ampliado para incluir o que denominamos autoritarismo descentralizado. Mas *nesse* sentido ideológico trata-se também de uma realidade poderosa relacionada aos limites extremos de autocracia que o autoritarismo adquiriu na Rússia e à concepção de um Estado-Serviço. Na

segunda parte deste trabalho retornaremos às noções de autoritarismo centralizado e descentralizado.

Seja como for, o fato é que para toda a Europa Oriental essa “pressão externa” continuou a aumentar. Por volta do século XVIII e devido fundamentalmente às revoluções burguesas pode-se dizer que um sistema internacional europeu estava formado. E com ele surgiu a completa dominação de um desenvolvimento desigual e combinado. Gradualmente, onde quer que o autoritarismo prevalecesse sobre o desenvolvimento burguês tornava-se necessariamente centralizado.

O autoritarismo agora não podia mais apenas defender-se ou, em casos limites, isolar-se. Tinha que transformar-se, seguindo a liderança do capitalismo burguês Ocidental, mas tentando manter-se e às suas bases sociais. Essa era foi inaugurada por governantes conhecidos pela história por uma expressão que revela claramente tanto o seu caráter autoritário quanto o modernizador: os “déspotas esclarecidos”.

No século seguinte, o desenvolvimento extremamente rápido das forças produtivas nos países de dominância capitalista burguesa emprestaria a esse desenvolvimento no plano internacional um caráter dramático. Nos países europeus que não conheceram uma revolução burguesa haveria a consolidação de uma modalidade autoritária de dominação capitalista que sacudiria até mesmo as classes dominantes. Foram forçadas a abdicar parte do comando direto do Estado a uma burocracia, cuja influência poderosa é confirmada pela literatura³. Combinou, em graus diferentes, sua função estritamente administrativa e conservadora (juntamente com a defesa de seus próprios interesses particularistas) com uma política de transformação do regime, necessária para a sua própria sobrevivência diante das pressões do sistema internacional.

³ Seria interessante especular até que ponto a posição proeminente do Estado no sistema filosófico de Hegel não é provocada pelo mesmo fenômeno, que teria mais tarde no alemão Max Weber o seu maior estudioso.

Agora já não poderemos mais falar de “autoritarismo” como um simples artifício descritivo de um sistema baseado na repressão da força de trabalho. Em face da pressão oriunda do sistema internacional comandado pelo capitalismo burguês, parece caracterizado *um modo autoritário de desenvolvimento capitalista*.

Capitalismo autoritário

Vimos que a versão autoritária do capitalismo desenvolveu-se naqueles países que não experimentaram uma revolução política comandada pela burguesia. Ao mesmo tempo, essa não-existência duma burguesia forte relacionou-se, ao nível do econômico, com um “atraso” relativo desses países com respeito ao progresso inaugurado pelas burguesias capitalistas que tendiam a dominar a cena mundial. E como os países que se lançaram à frente dum ponto de vista capitalista adquiriram uma posição de liderança no sistema internacional que fazia pressão sobre os países “atrasados”, o Estado foi forçado nesses países a assumir o comando dum processo de modernização e transformação da sociedade a fim de não submergir.

É hora de nos perguntarmos qual é o “*status* teórico” da expressão *capitalismo autoritário*. A sua caracterização foi-nos sugerida por diversos casos empíricos: de início a confrontação Norte-Sul nos Estados Unidos e depois certos desenvolvimentos relativamente mais fortes na Europa Oriental. Mas poderá ele ser algo mais do que um rótulo pragmático a ser usado sem maior consequência teórica? Ou pode encontrar o seu lugar numa estrutura que lhe dará maior força como conceito? Implicitamente temos estado a discutir um modelo baseado numa série de combinações de elementos dados – da forma como apresentamos a questão nos dois

primeiros capítulos. Todavia, já afirmamos não ser da opinião de que “tipos” diferentes devam ser distinguidos através de cortes arbitrários na série de variações. Pensamos que dominâncias diversas na estrutura de elementos correspondem a reais diferenças qualitativas, embora isso não negue a especificidade em última análise de cada caso, sobretudo no que diz respeito a sua história concreta. Iremos agora explorar algumas possibilidades teóricas que isso abre para nós.

O capitalismo autoritário – ou, mais rigorosamente, o capitalismo com dominância autoritária – é o herdeiro direto de sistemas de repressão da força de trabalho sem nenhum corte revolucionário interveniente. Todavia, é acima de tudo *capitalismo*, não se alterando no que têm de mais geral as características e leis do movimento do capital. Assim, enquanto modo de produção no sentido restrito, é da mesma natureza que o capitalismo burguês clássico. A diferença diz respeito a outro nível, o da política, e particularmente às formas de dominação e de articulação entre a política e a economia. Rigorosamente, não cabe distinções a não ser aí.

Os nossos exemplos empíricos parecem indicar esse fato. Barrington Moore diz que “a evidência indica bem claramente que a escravidão de *plantation* era um obstáculo à democracia (...) Ela não estabelece de maneira alguma de forma clara que a escravidão de *plantation* era um obstáculo ao capitalismo industrial enquanto tal” (1969: 152).

E Domar (1970), discutindo o estabelecimento da servidão, diz que “uma mudança na relação terra/mão-de-obra pode por em movimento *forças econômicas e políticas agindo em direções opostas*” (ênfase OGV).

Marx, por outro lado, no *Grundrisse* indica que o fato de não ter havido revolução industrial nas civilizações antigas, sobretudo na Ásia, que possuía a base técnica necessária, teve a ver com a relação entre um poder estatal extremado e a fraqueza das burguesias usurária, mercantil e bancária em contraste com o que ocorreria na Europa Ocidental (Mandel, 1968: 152-153). O fato é que uma vez aparecido o capitalismo na Europa Ocidental, o quadro tende a mudar gradualmente também para essas outras regiões que por si não lhe deram origem.

O que esses autores não fizeram foi ir um passo adiante e determinar em termos teóricos o tipo de capitalismo que eventualmente tende a resultar desse desenvolvimento alternativo combinado com a pressão “externa” do

capitalismo burguês. Porém as duas últimas afirmações dão mais uma indicação valiosa que assim traduziríamos: no que se refere à articulação entre o político e o econômico, o capitalismo autoritário caracteriza-se em comparação com o capitalismo burguês por uma dominação particularmente intensa da instância política.

Isso não significa dizer que a determinação do político pelo econômico desaparece no capitalismo autoritário. Essa determinação diz respeito sobretudo ao desenvolvimento das forças produtivas na esfera internacional que age sobre o político no interior da formação nacional. No âmbito da formação nacional o político mantém um alto grau de autonomia em relação ao econômico e uma grande capacidade de agir sobre ele.

Isso também não significa dizer que no capitalismo burguês clássico o Estado era absolutamente passivo. Nesse caso o Estado era simplesmente o órgão executivo duma burguesia que dominava economicamente e, além disso, era capaz de expressar essa dominação no nível político. Embora indivíduos de outras origens de classe – como na Inglaterra – podem ter continuado a ser “especialistas” no serviço público, o Estado era fundamentalmente burguês⁴.

Inversamente, diríamos que sob o capitalismo autoritário a burguesia, embora economicamente dominante, não é hegemônica. Todavia, nesse contexto, o fato de a burguesia não ser hegemônica não significa que o Estado represente forças, por assim dizer, “pré-capitalistas”. Pelo contrário: embora possa ter raízes “pré-capitalistas”, em face das pressões vindas do sistema internacional é fundamentalmente capitalista e por vezes, aparentemente, “acima” das classes.

Isso parece muito semelhante ao que Marx chamou “Bonapartismo”. Todavia, para Marx o “Bonapartismo” parece ter sido sobretudo uma solução política conjuntural que surgiu quando um equilíbrio temporário entre as classes provocou um impasse⁵. Diríamos que o “Bonapartismo” é uma forma de *regime político* autoritário, ao passo que o capitalismo autoritário tem a ver com a relação estrutural entre o político e o econômico. No entanto, como veremos adiante o capitalismo autoritário

⁴ O fato de ter a revolução burguesa na Inglaterra se estendido no século XVII ao XIX pode complicar o quadro, mas a tendência principal parece clara.

⁵ Para uma reanálise do “Bonapartismo” ver Guimarães (1972).

pode ser reforçado por um regime político autoritário, com ou sem um Bonaparte.

Por hora sugeriríamos outra analogia: a articulação entre o político e o econômico no capitalismo autoritário lembra embora não seja a mesma coisa – a articulação que dominava nos países das revoluções burguesas *antes* delas ocorrerem ou se completarem. Em termos teóricos, é como se a “não-correspondência” entre a superestrutura política e a instância econômica, que é característica da “transição” para a dominação de um novo modo de produção (Balibar, 1970; Bettelheim, 1969; Poulantzas, 1971; Preobrazhensky, 1965; Trotsky, 1970a)⁶, fosse “cristalizada” ou tornada permanente. Isso poderia então possivelmente ser explicado como devido ao crescimento das forças produtivas na esfera internacional que – como uma espécie de marco de referência dinâmico para a avaliação – torna relativos, numa situação de desenvolvimento desigual e combinado os avanços que ocorrem no interior da formação nacional, mantendo a “não-correspondência”.

Todavia, nos países “atrasados” o desenvolvimento não seguiu exatamente os mesmos passos que nos países “adiantados”. Foi capaz e mesmo forçado a se apropriar, como uma espécie de empréstimo, da tecnologia avançada, saltando etapas a fim de tentar acompanhar o nível capitalista geral. Este é também um efeito do desenvolvimento desigual e combinado. Como Trotsky (1965: 26-27) colocou:

Um país atrasado assimila as conquistas materiais e intelectuais dos países avançados. Mas isso não significa que os segue servilmente, reproduzindo todas as etapas do seu passado (...) O privilégio do atraso histórico – e tal privilégio existe – permite, ou melhor, compele, a adoção de tudo o que estiver pronto antes de qualquer data especificada, saltando por cima de uma série de etapas intermediárias.”

Mas consequentemente, no caso da Rússia (1965: 28):

Sob a pressão da Europa mais rica, o Estado russo engoliu uma parte muito maior da riqueza popular do que no Ocidente, e assim não só

condenou o povo a uma pobreza duplicada, mas também enfraqueceu os fundamentos das classes possuidoras. Estando ao mesmo tempo necessitado do apoio dessas últimas, forçou e arregimentou o seu crescimento. Como resultado, as classes privilegiadas burocratizadas nunca atingiram a sua altura completa...

Nos seus traços fundamentais, o mesmo poderia ser dito em geral do que estamos chamando de capitalismo (de dominância) autoritário.

Porém ao mesmo tempo, nesses casos o processo de concentração capitalista na indústria tendeu a ser frequentemente mais rápido e desimpedido em termos relativos do que em países capitalistas burgueses. Isso não só em virtude da importação de tecnologia avançada, mas também da natureza oligárquica da dominação e da fraqueza da resistência oferecida à concentração devido ao salto por cima de etapas que levou a uma simplificação da negação de cada etapa para qualquer avanço adicional.

Ao mesmo tempo, no caso do capitalismo autoritário a chamada “fase” de acumulação primitiva ou original é muito misturada com a acumulação propriamente capitalista. O capital comercial – cuja preeminência é sacudida no capitalismo burguês pelo aparecimento do capital industrial – nesse caso tende a transformar-se, sem nenhuma ruptura mais séria, em outras formas de capital, principalmente de *capital financeiro*. Por outro lado, a superexploração do trabalho e de formas não capitalistas de produção também tende a se manter.

Deve-se notar que ao fazer a comparação com o capitalismo burguês, temos em mente o capitalismo burguês competitivo clássico. Não estamos pensando na fase de acumulação primitiva – que possui certas semelhanças com o capitalismo autoritário –, nem no capitalismo monopolista – em que o desenvolvimento das forças produtivas parece levar ao reaparecimento de tendências autoritárias. Nesse último caso, embora a origem desse autoritarismo, a sua relação com as forças produtivas e o seu “papel” possam ser diferentes, de fato dá origem a um produto que parece convergir com o capitalismo autoritário em alguns de seus efeitos. Assim, talvez pudessemos inverter a fórmula de Marx e com alguma simplificação dizer que são os países “atrasados”, de certa forma, que antecipam o futuro dos países “avançados”, e não o contrário.

É importante frisar que embora cada formação capitalista particular possa ser caracterizada como burguesa ou autoritária de acordo com a sua

⁶ Balibar é o autor que afirma a natureza da transição da forma mais explícita: “Em período de transição há uma “não-correspondência” (entre os diferentes níveis) porque o modo de intervenção da prática política, em lugar de conservar os limites e de produzir os seus efeitos sob a sua determinação, desloca-os e os transforma” (1970: 224).

dominância, isso não exclui o fato de que cada uma contém manifestações capitalistas autoritárias e burguesas, juntamente com outras ligadas à pequena produção mercantil. De certa maneira, essas manifestações dão origem a uma relação *interna* cujo valor aritmético e sua variação fornecem a peculiaridade de cada caso de desenvolvimento capitalista. Essa variação pode se dever a fatores políticos e econômicos combinados. Porém, ao que parece tende a respeitar uma dominância invariável: autoritária ou burguesa.

Com essas considerações fizemos um esforço para definir o *status* teórico do capitalismo autoritário e burguês. Tem surgido entre nós ultimamente uma tendência a evitar distinções no que diz respeito ao desenvolvimento capitalista que na verdade perturbem a percepção da questão mais geral que diz respeito ao *capitalismo* como tal. Isso parece saudável como reação a certas distinções (como núcleo e periferia, capitalismo dependente e independente etc.) que pela repetição correm o risco de serem absolutizadas, criando um fosso intransponível que perturba a visão da unidade do geral transformando-se em mais uma camisa de força. É importante, no entanto, que essa tendência nova por sua vez não se torne simplificadora, negando por implicação distinções clássicas que não parecem ter perdido o seu vigor, como capitalismo monopolista, financeiro, de Estado etc., e que seja compreendida apenas como o primeiro passo dum grande esforço teórico e de pesquisa em grande parte por ser feito. De certa forma as distinções aqui apresentadas partem da mesma insatisfação e pretendem servir ao mesmo fim, ao mostrar que outras distinções, as quais também não devem ser absolutizadas, podem ser feitas. Sugeriríamos que o risco de impedir a visão do capitalismo *tout court* no caso seria menor, já que a nossa análise explícita e enfaticamente não é ao nível do econômico e de modos de produção no sentido restrito, mas da *relação entre o político e o econômico*, embora tratada como relação *interna*, não sendo vistos o político e o econômico, a não ser por uma imperfeição de linguagem, como entidades que se apresentam separadas e dadas *a priori*.

Ao mesmo tempo, pretenderíamos com isso reintroduzir o político num debate em que tem estado em geral ou ausente ou, mais frequentemente, separado, sem que se busque efetivamente incorporá-la em termos teóricos à tradição que se vale da análise dos modos de produção; em ambos os casos correndo-se o risco sempre presente do economicismo. Embora muito tenha sido dito ultimamente sobre o autoritarismo, um

esforço coletivo determinado para estabelecer o seu *status* teórico tem faltado. Obviamente trata-se de matéria complexa de que apenas indicamos algumas possibilidades para exploração futura. Esperamos, no entanto, que para os nossos propósitos presentes esse esforço teórico seja o suficiente. Todavia, se essas noções mostrarem ter algum valor prático, outras possibilidades talvez possam ser exploradas.